

FOLHA INFORMATIVA

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



ASSOCIAÇÃO
**CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO**

Nº 34 . SETEMBRO . 2023

MULHERES E HOMENS **DE ABRIL**

Dois exemplos notáveis da luta pela liberdade e pela revolução em Portugal:
Maria Alda Nogueira e Urbano Tavares Rodrigues.

A dedicação de uma mulher que, desde jovem, em Lisboa, tomou devida nota da Revolta dos Marinheiros no Tejo, em 1936, da guerra civil em Espanha, da caminhada nazi para a segunda guerra mundial, e que entrou na luta contra o fascismo nas organizações da juventude e das mulheres, do Socorro Vermelho, do PCP e da clandestinidade.

BRASIL

A firmeza de um homem que veio do Alentejo mais profundo e escreveu livros surpreendentes e participou em muitas publicações, que entrou e se bateu nas organizações e iniciativas contra o fascismo de Salazar. Fez-se com os maiores desse tempo de coragem e de combates e deixou-nos uma obra e um exemplo marcantes nas gerações de então e para o futuro que aí está a desafiar-nos.

Neste ano que nos acerca dos cinquenta anos da Revolução de 25 de Abril completam cada um o centenário de nascimento e serão sempre os amigos e camaradas merecedores da nossa admiração e memória aberta e grata, nos exemplos de resistência e de transformação da vida opressiva e destruidora em melhores dias e anos que queremos sempre livres e desafiadores.

Modesto Navarro

*Vice-Presidente
da Direcção da ACR*

Outros que por aí andaram e mentiram, que traíram a Revolução de Abril e persistem em destruir o que podem da liberdade e dos direitos conquistados, continuam a mostrar quem são e o que querem, a apoiar com armas e dinheiro do povo os que proíbem partidos e querem mais armas e dinheiro, muitos milhões, para alimentarem a corrupção e as ameaças que nessa Europa e no mundo crescem.

Estão sob o comando do imperialismo norte-americano e dos grandes grupos financeiros que não venceram como queriam em 1945 mas continuam a ambicionar ficarem sós e donos e senhores do caos e da guerra, do futuro transformado em morte mundial dos sonhos de todos os que amam a vida e lutam pela democracia, a liberdade e o direito à realização integral da humanidade.

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados, solicitamos àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu e-mail para acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta da **Caixa geral de Depósitos:**

2178 0292 4563 0. Sugere-se a visita ao site

www.conquistasdarevolucao.pt e ao blogue da Associação

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

EDIÇÃO:

Associação Conquistas da Revolução

COORDENAÇÃO:

Modesto Navarro

E-MAIL:

acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL:

360191/13

O MUNDO ENLOUQUECEU MESMO?

Caros Associados

Há tempo e tempos, até ao fim do tempo e o resto é nada! Não entender isto tem sido a causa primeira de todas as desgraças que já presenciámos nestes séculos todos em que dividimos o tempo, bem regados a sangue.

E vamos continuar?

Nascemos e vivemos neste pedregulho, ao sabor de acasos, inebriados pela grandeza e harmonia da mãe natureza e, ao fim deste tempo todo, ainda não aprendemos nada. Até já conseguimos dar passos de gigante na expansão para o Universo sem limites, mas não fomos capazes de anular a ameaça terrível que nos acompanha – cada dia mais provável – de nos aniquilarmos antes da partida.



José Baptista Alves

*Presidente
da Direcção da ACR*

E fazemo-lo com tambores e festa, palhaços e tarufos de todos os matizes, escarranchados na infernal máquina de triturar cérebros em que a comunicação social “dominada” se transformou.

Mate-se tudo o que vive e mate-se bem, é a palavra de ordem mais ouvida na boca dos anormais que se alcandoram em porta-vozes de nós todos: Vão-se a eles; empanturrem-se com mísseis super, aviões invisíveis, drones, carros de combate extra-modernos, bombas de fragmentação e minas último modelo, tudo do melhor e mais eficaz; É preciso é matar neles.

Mas afinal quem são eles?

Ninguém?

...

Vamos continuar com tudo isto, até quando?

Responda quem souber... e se ainda tiver, ou melhor, houver tempo.



LUTA PELA SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA DO NOSSO PAÍS

André Levy

A soberania e independência nacional foram princípios centrais na preparação do 25 de Abril e nos processos que desencadeou. Estava em causa a guerra em

África entre o fascismo e os movimentos de libertação nacional nas colónias. O fim da guerra e o reconhecimento do direito dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe à sua independência foi não só um acto de justiça para com esses povos, oprimidos durante séculos, mas correspondeu também à afir-

mação dos ideais da paz e cooperação entre povos. Cabe recordar que, derrubado o fascismo, vários elementos nos órgãos políticos (como Spínola, Palma Carlos e Sá Carneiro) pretendiam apenas a autodeterminação no Ultramar, num quadro federal onde Lisboa manteria posição central. Foi graças à cooperação entre as forças revolucionárias em Portugal e em África que se derrotaram tentativas de golpe e ingerência e se desmantelou o sistema colonial, se evitou a instauração de um sistema neocolonial e se concretizou a independência das colónias.

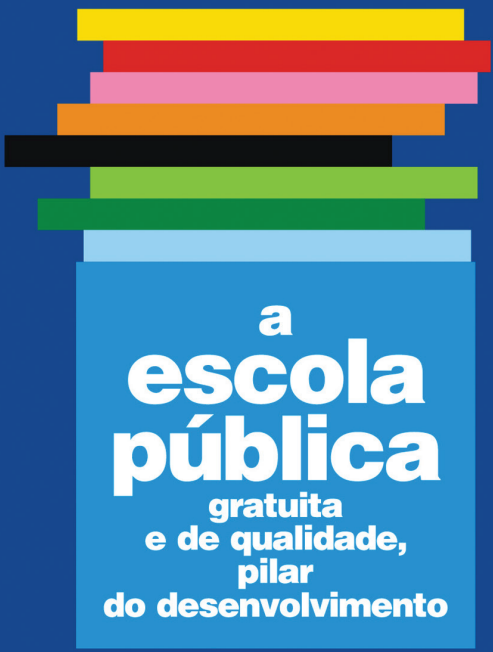
Mas o 25 de Abril foi também uma poderosa afirmação da soberania do Povo Português, no seio dos militares (em particular no Movimento das Forças Armadas) e nas empresas, campos e ruas. Apesar de várias pressões externas e internas, a sublevação militar conjugada com o movimento dos trabalhadores e das populações irrompeu como uma expressão da vontade dos Portugueses, dirigido por Portugueses, servindo os interesses nacionais e da maioria da população. Foram várias as manobras militares e ameaças por parte da NATO com vista a animar as forças reacionárias e condicionar as medidas revolucionárias. Apesar das divisões nos órgãos políticos (existindo elementos que solicitaram o apoio e intervenção de forças estrangeiras), Portugal prosseguiu as transformações políticas e económicas enfrentando as pressões do imperialismo, reduzindo mesmo a sua possibilidade de intervenção. É de sublinhar a abertura de relações económicas

e de cooperação com os países socialistas europeus e com Cuba.

Não menos importante foi o processo de nacionalização de empresas estratégicas para a economia nacional e da banca, o controle operário em numerosas empresas e o processo de reforma agrária nas zonas dos latifúndios.

Estes processos deram um duro golpe no capitalismo monopolista profundamente entrelaçado com o poder fascista, e criaram as condições para subordinar o "poder económico ao poder político democrático", como veio a ser consagrado na Constituição.

Infelizmente, após a Revolução Portuguesa, e em particular com a entrada na CEE (mais tarde na UE) e a integração no Euro, e a postura de submissão dos governos nacionais às directrizes dessas instâncias supra-nacionais (manifestando mesmo brio em ir além do mandatado), a soberania e independência de Portugal encontram-se hoje fortemente condicionadas. As políticas económicas têm sido ditadas com base em estratégias europeias vantajosas para os países mais ricos da UE, perdendo Portugal capacidade produtiva e soberania alimentar, energética, monetária, tecnológica, etc. enfim, os meios e recursos para poder determinar o curso do País de acordo com os interesses da sua população. Comemorar os 50 anos da Revolução Portuguesa e dos valores de Abril implica pois lutar também pela soberania e independência nacional.



a
**escola
pública**
gratuita
e de qualidade,
 pilar
do desenvolvimento

DEFENDER A EDUCAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Manuel Nobre

A Escola Pública e a sua função, foi uma das principais conquistas do 25 de Abril, e as transformações que então permitiram, fruto da luta de massas, são de uma dimensão considerável. O acesso à escola, até aí reservado só a alguns, universalizou-se, garantindo igualdade de oportunidades, tratando por igual os filhos dos trabalhadores e os filhos dos mais abastados. Enquanto a educação foi entregue à iniciativa privada, a escola foi sempre só para uma minoria, ficando grande parte dos portugueses

condenados a aprendizagens de baixa qualidade e até mesmo ao analfabetismo.

Após a revolução de Abril o atraso educacional e cultural, a que o país fora condenado pelo regime fascista, foi-se invertendo, fruto de muita persistência e pressão dos democratas, da luta organizada, do povo português, legitimados pela Constituição da República aprovada em 1976. É o texto constitucional que, entre outras funções, atribui à Educação um papel determinante na formação integral do indivíduo, definidas como incumbências do Estado, entre outras, o estabelecimento progressivo da gratuitidade de todos os graus de ensino e a promoção do acesso de pessoas com defi-

ciência, nomeadamente pelo apoio da educação especial, e garantida a gestão democrática das escolas.

Atualmente, os principais problemas residem na falta de atratividade da profissão, e, conseqüentemente, no agravamento da falta de professores nas escolas e de professores qualificados. Consta-se a incapacidade, ou a intenção, do governo do PS com António Costa e João Costa em resolver os problemas de fundo. Só neste último ano letivo, durante todo o ano, houve em média cerca de 30.000 alunos que não tiveram professor pelo menos a uma disciplina, chegando a atingir cerca de 300.000 alunos, durante, pelo menos, uma parte do ano letivo. O atual governo tem optado por recorrer a recursos humanos fora da profissão para “tapar os buracos”, colocando em causa a qualidade da resposta do serviço público de ensino. Milhares de professores continuam a abandonar a profissão, ao mesmo tempo que milhares de jovens optam por não seguir a área da docência. Esta é uma situação que se agrava ano após ano, aumentando pelo menos até final da década, ou não fôssemos nós o país em que a profissão de professor é a mais envelhecida da Europa.

Organizações e entidades diversas têm chamado a atenção dos governos de Portugal para o estado a que chegou a Educação. Na Assembleia da República, alguns partidos têm defendido políticas de promoção da Escola Pública e apresentado propostas destinadas a garantir e elevar a qualidade das respostas para todos, inclusivas e apontando no sentido da gratuidade do

acesso à Educação, encontrando do lado do governo, do PS, do PSD e dos partidos mais ou menos liberais a resposta do costume, o entrave. Um dos momentos de verdadeiro paroxismo deste comportamento teve lugar em 2019 quando o primeiro-ministro António Costa, perante a eventualidade de ver aprovada a recuperação do tempo de serviço dos professores, ameaçou com a demissão do governo, uma chantagem que colheiria frutos por parte do PS, PSD e CDS-PP.

Então é legítimo questionarmo-nos, estarão reunidas as condições, nomeadamente ao nível dos recursos financeiros, humanos e materiais para que a Escola Pública cumpra cabalmente a sua missão, também democratizadora?

A educação é um direito fundamental e uma condição determinante para a emancipação individual e coletiva dos mais jovens, da população em geral e dos trabalhadores em particular. É condição para o desenvolvimento económico e social do país. Para tal é fundamental e necessária a existência de uma Escola Pública, de qualidade, democrática, para todos, inclusiva e gratuita. A escola conquista de Abril e pilar do regime democrático. Esta é a escola que tem de assegurar a todos os jovens, independentemente das suas condições económicas, o acesso a todos os graus de educação e de ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo. Desiderato que só será possível com a luta organizada, com a participação de todos e com a certeza de que nos cabe a nós, portugueses, a defesa da Constituição da República, onde se inclui a Escola Pública.

DIREITO À SAÚDE CONQUISTA DE ABRIL

Joaquim Judas

O Direito à Saúde é, em Portugal, fruto da vontade do povo português e dos militares do Movimento das Forças Armadas expressa no movimento revolucionário de Abril de 1974 e ficou consagrado no texto da Constituição da República escrita e aprovada pelos Deputados constituintes a 2 de Abril de 1976.

O conceito de Saúde e as condições da concretização do Direito à Saúde expresso no artigo 64º da Constituição da República Portuguesa de 1976, correspondem à mais

profunda e avançada reflexão feita até à presente data sobre tais matérias.

Uma reflexão só possível porque foi realizada no contexto de uma larguíssima e transformadora participação ativa das massas populares, num movimento onde os profissionais de saúde e outros agentes sociais intervieram.

No texto constitucional de 1976 consagrou-se a responsabilidade direta do Estado em garantir o acesso à Saúde através da criação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e gratuito. Nele “Universal” significa para todos, sem exceção; “Geral”, significa a abrangência de todo o tipo de cuidados em todas as circunstâncias



onde sejam necessários; "Gratuito", a ausência de custos para quem deles necessite.

Durante a década de 80, as verbas destinadas pelos governos aos serviços públicos de saúde diminuíram em termos reais, PSD, PS e CDS uniram-se para pôr fim à gratuitidade do SNS e introduzir o pagamento de taxas moderadoras.

A conceção ideológica que levou PS, PDS e CDS a unirem-se para pôr fim à gratuitidade do acesso no SNS, introduzirem o princípio do utilizador pagador, desde logo nas taxas moderadoras e nos Serviços de Cuidados Continuados de Saúde, e a subalternizarem o papel do SNS na prestação de cuidados de saúde à população em favor dos interesses dos grupos privados exploradores do negócio da saúde, continua a dominar atualmente as políticas governamentais de saúde.

A degradação das condições de traba-

lho, a subversão das relações contratuais e da transparência e justiça remuneratória, a adoção de modelos autoritários de gestão dos serviços e unidades de saúde, a substituição sistemática de normas de boa prática estabelecida inter pares pela imposição de regras contratuais e diretivas economicistas sem respeito pela ciência e a dignidade dos profissionais, sem consideração pelo interesse e necessidade dos doentes – eis o que tem sido a política de direita em relação aos profissionais de saúde. Política que o atual governo do PS continua a pretender prosseguir em setembro de 2023.

O futuro do SNS, a sua capacidade em resistir às agressões anti democráticas de que tem sido alvo e ser o promotor consistente e sustentável de uma prática de acordo com avanços da ciência da técnica colocados ao serviço da saúde e do bem estar da população, depende, passados 50 anos de Abril, da convergência e da ação determinada e persistente das mesmas forças que no processo revolucionário então desencadeado fizeram do Direito à Saúde e do Serviço Nacional de Saúde conquistas basilares da Revolução.

O Direito à Saúde que assentou os seus alicerces na ação popular e no esforço generosos dos profissionais de saúde só subsistirá e será plenamente realizado quando o SNS for Universal, Geral e Gratuito, com gestão democrática e profissionais de saúde respeitados, com salários dignos e boas condições de trabalho, totalmente orientados para servir os doentes e as comunidades onde estão inseridos.

Lutar para que assim seja faz bem à Saúde.





A “LESTE” TUDO SE MANTEM

Marques Pinto | Vogal da Direcção da ACR

Recordei há alguns dias, quando olhava para a minha estante, no título dum livro bem conhecido pela maioria dos homens da minha geração, que nasceram durante ou pouco depois da 2ª Guerra Mundial.

Trata-se da conhecida obra “A oeste nada de novo” e tal título fez-me recordar as notícias escritas ou apregoadas nas rádios e telejornais, sobre a evolução ou melhor dizendo, talvez a estagnação da frente de luta a leste do território Europeu nomeadamente no leste da Ucrânia.

Claro que infelizmente mesmo se as frentes de luta estão quase estagnadas, as perdas em vidas humanas crescem em números pouco conhecidos na realidade, mas

que entre mortos na frente e os feridos retirados para as rectaguardas, com os efeitos altamente devastadores das novas munições de todo o tipo e a implantação e largada de minas de todos os géneros que as “modernas armas” que a indústria bélica se orgulha de ir criando e vendendo – pois todas as guerras são sempre um negócio de altos lucros para quem fabrica e claro que para quem vende ou intermedeia.

É sabido que na actual guerra na Ucrânia em que quase todos os países da EU obedeceram de imediato à ordem dada pelos EUA ou NATO em fornecerem uma parte dos seus arsenais e meios de combate a custo zero para o recebedor, estes países terão a curto prazo de renovar os seus arsenais ao custo que lhes for imposto pelo vendedor e neste tipo de negócio paga-se a pronto e sem desconto.

Este tipo de negócios não necessita de loja aberta ou balcões pois os vendedores e os compradores não tocam sequer nos "objectos" e quando muito mostram fotos e catálogos ou nalguns casos convidam os compradores a assistirem a demonstrações, onde nunca correrá sangue de beligerantes nem dos muitos atingidos pelos chamados "efeitos colaterais".

Todos os que tenham passado pelo serviço militar ou mesmo tenham tido a experiência da guerra colonial sabem que se os mortos em combate são sempre um choque para os seus companheiros, o transporte ou evacuação de feridos é muitas vezes tão ou mais traumatizante para quem vive tais episódios e se por acaso a situação nem permite a retirada desses acidentados, torna-se num incidente altamente desmoralizante mesmo para os mais experientes e endurecidos.

Imagino por isso o que será uma frente de combate estagnada ou de lentos movimentos e os feridos mais graves aguardando evacuação, sempre altamente chocantes para qualquer combatente, que na sua esmagadora maioria terão sido "arregimentados" á pressa e transportados para uma frente de elevadíssimo desgaste em vidas humanas.

Sabe-se pela experiência em violentos confrontos no passado que em media nas frentes de combate por cada morto há cerca de 5 a 7 feridos que terão ou pelo menos deverão ser transportados para a retaguarda mesmo que no local haja um mínimo de assistência imediata.

Penso que toda esta geração, de qual-

quer dos lados em confronto, com centenas de milhares de homens lutando dia e noite numa frente com mais de 1.200 Kilómetros será desde já e num longo futuro para os que sobreviverem, lembrar durante muitos anos ou mesmo para toda a vida as memórias chocantes das imagens de guerra e morte dos companheiros, que os perseguirão para sempre.

Temos ainda alguns sobreviventes cujas deficiências nos mostram o que foi uma guerra de 13 anos em Africa e se foi um conflito de menor dimensão pelo tipo de armas em uso mostra bem o horror que aqueles combatentes deverão estar a sofrer.

Deixo aqui um forte apelo para que todos nós junto de amigos, familiares, organismos ou locais de trabalho façamos em conjunto uma chamada de atenção a quem tem hoje o poder político para que todos os esforços sejam feitos para rápida paragem na guerra e aproveitem o cessar fogo para sem mortos e feridos a evacuar regularizarem uma situação que estupidamente só dá lucros a quem fabrica e negoceia armamentos e infelizmente já provocou estragos irreparáveis em muitos casos, em quase todos os Países da Europa nomeadamente naqueles que como Portugal já sofriam de graves assimetrias económicas na sua sociedade e em grande parte da população já debilitada pela estagnação económica do Covid e que de repente se vê confrontada com uma inflação muito pouco controlada quer nas necessidades básicas como a alimentação, quer em muitas outras actividades e com um nível salarial médio dos mais baixos na Europa.

PRÓXIMA INICIATIVA DA ACR

COLÓQUIO

Democracia de Abril

Defesa e cumprimento da Constituição da República

Casa do Alentejo | 15 de Novembro | 18:00H

Oradores: António Filipe, Joaquim Judas, Dulce Simões

VISITA DE CORTESIA DA SR.^a EMBAIXADORA DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA



Decorreu no passado dia 27 de Junho a visita à nossa Sede da Sr.^a Embaixadora, num ambiente de grande simpatia e interesse pelos êxitos dos nossos dois povos, irmanados que estamos na defesa das conquistas civilizacionais alcançadas, por todos os povos do Mundo, contra as ingerências e ameaças das forças imperialistas e retrógradas.



Monumento a Vasco Gonçalves, de Álvaro Siza Vieira.



Associação Conquistas da Revolução

Defender Abril • Construir o Futuro